



MUNICÍPIO DE BOM JARDIM - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2021

LRF, Art. 4º § 2º, inciso IV, alínea a

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (I)	5.594	7.037	7.601
Receita de Contribuições dos Segurados	1.933	1.979	2.208
Civil	1.932	1.979	2.208
Ativo	1.932	1.979	2.208
Inativo	1		0
Pensionista			
Militar	0	0	0
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita e Contribuições Patronais	2.651	4.411	3.073
Civil	2.651	4.411	3.073
Ativo	2.651	4.411	3.073
Inativo			
Pensionista			
Militar	0	0	0
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial	156	97	124
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	156	97	124
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	854	550	2.396
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	677	534	678
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)			1.737
Demais Receitas Correntes	177	16	-19
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	5.594	7.037	6.064
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
Benefícios - Civil	6.287	6.908	8.071
Aposentadorias	5.565	6.116	7.137
Pensões	722	790	934
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar	0	0	0
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários		0	
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias	0		0
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	6.287	6.908	8.071
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)	(693)	129	(2.007)
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2017	2018	2019
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2017	2018	2019
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2017	2018	2019
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS	-	-	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS	2017	2018	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	924	610	114
Investimentos e Aplicações	-	-	-
Outros Bens e Direitos	372	372	-



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS 2021 PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
R\$ milhares				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2020	4.208	20.578	(16.388)	(14.345)
2021	2.834	13.374	(10.540)	(24.885)
2022	2.748	12.712	(9.964)	(34.849)
2023	2.691	12.305	(9.614)	(44.463)
2024	2.579	11.848	(9.269)	(53.732)
2025	2.348	10.505	(8.156)	(61.889)
2026	2.220	9.844	(7.624)	(69.512)
2027	2.017	8.985	(6.968)	(76.481)
2028	1.914	8.495	(6.581)	(83.062)
2029	1.812	8.027	(6.215)	(89.277)
2030	1.704	7.464	(5.760)	(95.037)
2031	1.583	6.802	(5.219)	(100.256)
2032	1.467	6.281	(4.794)	(104.856)
2033	1.335	5.701	(4.366)	(109.216)
2034	1.225	5.196	(3.971)	(113.187)
2035	979	4.391	(3.412)	(116.599)
2036	759	3.731	(2.972)	(119.571)
2037	645	3.084	(2.439)	(122.010)
2038	542	2.725	(2.183)	(124.193)
2039	464	2.345	(1.881)	(126.074)
2040	382	1.978	(1.596)	(127.670)
2041	332	1.698	(1.366)	(128.936)
2042	256	1.442	(1.186)	(130.222)
2043	177	1.005	(828)	(131.056)
2044	140	817	(677)	(131.727)
2045	113	682	(569)	(132.276)
2046	92	543	(451)	(132.727)
2047	72	430	(358)	(133.085)
2048	36	161	(125)	(133.210)
2049	28	113	(85)	(133.295)
2050	25	104	(79)	(133.374)
2051	21	93	(72)	(133.446)
2052	16	81	(65)	(133.511)
2053	12	63	(51)	(133.562)
2054	9	59	(50)	(133.612)
2055	6	42	(36)	(133.648)
2056	5	45	(40)	(133.688)
2057	4	39	(35)	(133.723)
2058	3	30	(27)	(133.750)
2059	3	30	(27)	(133.777)
2060	3	30	(27)	(133.804)
2061	3	30	(27)	(133.831)
2062	3	27	(24)	(133.855)
2063	3	27	(24)	(133.879)
2064	3	27	(24)	(133.903)
2065	3	27	(24)	(133.927)
2066	3	27	(24)	(133.951)
2067	2	19	(17)	(133.968)
2068	2	19	(17)	(133.985)
2069	1	14	(13)	(133.999)
2070	1	14	(13)	(134.011)
2071	1	14	(13)	(134.024)
2072	1	14	(13)	(134.037)
2073	1	14	(13)	(134.050)
2074	1	14	(13)	(134.063)
2075	1	14	(13)	(134.076)
2076	1	6	(5)	(134.081)
2077	-	-	-	(134.081)
2078	-	-	-	(134.081)
2079	-	-	-	(134.081)
2080	-	-	-	(134.081)
2081	-	-	-	(134.081)
2082	-	-	-	(134.081)
2083	-	-	-	(134.081)
2084	-	-	-	(134.081)
2085	-	-	-	(134.081)
2086	-	-	-	(134.081)
2087	-	-	-	(134.081)
2088	-	-	-	(134.081)
2089	-	-	-	(134.081)
2090	-	-	-	(134.081)
2091	-	-	-	(134.081)
2092	-	-	-	(134.081)
2093	-	-	-	(134.081)
2094	-	-	-	(134.081)



MUNICÍPIO DE BOM JARDIM - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2021

R\$ milhares

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2021	2022	2023	
TOTAL						-

Nota:

1 - O Município não tem previsão de efetuar renúncia de receita para os exercícios de 2021, 2022, 2023 por meio de incentivos fiscais, alteração de alíquota, modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, ou quaisquer outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Tabela 9 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado



MUNICÍPIO DE BOM JARDIM - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2021

LRF, Art. 4º § 2º, inciso V

R\$ milhares

EVENTO	Valor Previsto 2021
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III)=(I-II)	0
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP's	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0

Nota:

1 - O município não tem previsão de efetuar expansão de despesa obrigatória de caráter continuado para o exercício de 2021



I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais da Receita

TOTAL DAS RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO	R\$ milhares		
	Realizado 2018	Realizado 2019	Projetado 2020
RECEITAS CORRENTES	67.289	79.637	82.530
Receita Tributária	2.005	4.484	5.070
Impostos	1.801	4.315	4.879
Taxas	204	169	191
Receitas de Contribuições	2.728	3.024	3.117
Contribuição p/ RPPS	1.978	2.208	2.276
Receita Patrimonial	221	264	272
Aplicações Financeiras	124	264	272
Outras Receitas Patrimoniais	97	0	0
Receita de Serviços	2	0	0
Transferências Correntes	61.460	71.143	73.327
Cota-Parte do FPM	27.536	24.447	25.198
Transf. de Recursos do SUS - FMS	6.976	10.264	10.579
Outras Transferências Correntes	26.948	36.432	37.550
Outras Receitas Correntes	873	722	744
RECEITA DE CAPITAL	4.234	5.588	3.000
Operações de Créditos	0	0	0
Alienação de Bens	242	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Transferências de Capital	3.992	5.588	3.000
Outras Receitas de Capital	0	0	0
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	4.411	4.810	5.957
TOTAL GERAL DA RECEITA	75.934	90.035	91.487

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES	88.731	94.559	100.921
Receita Tributária	5.927	6.869	7.968
Impostos	5.704	6.610	7.668
Taxas	223	259	300
Receitas de Contribuições	3.332	3.528	3.740
Contribuição p/ RPPS	2.433	2.576	2.731
Receita Patrimonial	291	308	327
Aplicações Financeiras	291	308	327
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Transferências Correntes	78.386	83.010	87.993
Cota-Parte do FPM	26.936	28.525	30.237
Transf. de Recursos do SUS - FMS	11.309	11.976	12.685
Outras Transferências Correntes	40.140	42.509	45.061
Outras Receitas Correntes	796	842	893
RECEITA DE CAPITAL	5.407	3.608	3.824
Operações de Créditos	2.000	0	0
Alienação de Bens	200	212	225
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Transferências de Capital	3.207	3.396	3.600
Outras Receitas de Capital	0	0	0
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	6.368	6.744	7.148
TOTAL GERAL DA RECEITA	100.506	104.910	111.894

Nota:

1 - Os parâmetros utilizados para se chegar aos valores projetados foram baseados na taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), na taxa de crescimento do PIB nacional e nas ações econômico-financeiras e administrativas que serão tomadas por este município para obter uma melhoria na fiscalização e obtenção de recursos financeiros para os exercícios futuros.

2 - Estimativa referente aos valores das transferências de receitas intra-orçamentárias relativas a operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social, conforme exigência do Manual de Demonstrativo Fiscais - 10ª Edição aprovado pela Portaria STN nº 285 de 07/05/2019.





Ia - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita

Receita Tributária

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	2.005	-
2019	4.484	123,64%
2020	5.070	13,07%
2021	5.927	16,90%
2022	6.869	15,90%
2023	7.968	16,00%

Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	27.536	-
2019	24.447	-11,22%
2020	25.198	3,07%
2021	26.936	6,90%
2022	28.525	5,90%
2023	30.237	6,00%

Transferências de Recursos do SUS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	6.976	-
2019	10.264	47,13%
2020	10.579	3,07%
2021	11.309	6,90%
2022	11.976	5,90%
2023	12.695	0,06

Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	873	-
2019	722	-17,30%
2020	744	3,07%
2021	796	6,90%
2022	842	5,90%
2023	893	6,00%

Notas:

1 - O aumento previsto para a Receita Tributária e Receita da Dívida Ativa provém da aplicação de uma política de intensificação da fiscalização na arrecadação dos tributos de competência municipal, o que refletirá num acréscimo de 10% nas projeções de 2021 a 2023.

2 - As projeções para 2020, 2021, 2022 e 2023 foram realizadas considerando-se a taxa de inflação do IPCA prevista respectivamente em 3,05%, 3,60%, 3,50% e 3,50%. Também foi considerada a previsão da taxa de crescimento do PIB para 2020, 2021, 2022 e 2023 com os respectivos percentuais de 0,02%, 3,30%, 2,40% e 2,50%. Estes parâmetros foram utilizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e publicados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2021 encaminhado ao Congresso Nacional.

3 - Desta forma, consideram-se no campo VARIAÇÃO % estas três variáveis (% IPCA, % PIB e intensificação na fiscalização tributária) para seus respectivos exercícios.

Receitas de Capital

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	4.234	-
2019	5.588	31,98%
2020	3.000	-46,31%
2021	5.407	80,23%
2022	3.608	-33,27%
2023	3.824	6,00%

Nota:

1 - As receitas de Capital tem como base as transferências de recursos de convênios. As projeções para os exercícios de 2020, 2021, 2022 e 2023 são fundamentadas em estimativas de transferências voluntárias por meio de convênios e contratos de repasse vindos da União e do Estado.



II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais da Despesa

TOTAL DAS DESPESAS

R\$ milhares

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	R\$ milhares		
	Realizada 2018	Realizada 2019	Projetado 2020
DESPESAS CORRENTES	68.831	77.011	80.456
Pessoal e Encargos Sociais	45.648	46.604	49.116
Juros e Encargos da Dívida	0	0	0
Outras Despesas Correntes	23.183	30.407	31.340
DESPESAS DE CAPITAL	8.335	4.113	6.532
Investimentos	7.699	3.597	6.000
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	636	516	532
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	0	0
TOTAL	77.166	81.124	86.988

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2021	2022	2023
DESPESAS CORRENTES	87.969	89.815	98.092
Pessoal e Encargos Sociais	52.505	55.603	58.939
Juros e Encargos da Dívida	0	0	0
Outras Despesas Correntes	35.464	34.212	39.153
DESPESAS DE CAPITAL	11.650	14.149	12.793
Investimentos	11.000	11.649	12.348
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	650	2.500	445
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	887	946	1.009
TOTAL	100.506	104.910	111.894

Fonte:

1 - Os valores projetados para outras despesas correntes foram baseados na projeção da taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) de 3,05%, 3,60%, 3,50% e 3,50% para os respectivos exercícios de 2020 a 2023. Também foi considerada a previsão da taxa de crescimento do PIB para os exercícios de 2020 a 2023 com os respectivos percentuais de 0,02%, 3,30%, 2,40% e 2,50%. Estes parâmetros foram utilizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e publicados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2021 encaminhado ao Congresso Nacional.



II.a - Metodologia de Memória de Cálculo da Despesa

Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	45.648	-
2019	46.604	2,09%
2020	49.116	5,39%
2021	52.505	6,90%
2022	55.603	5,90%
2023	58.939	6,00%

Nota:

1 - O aumento do volume de despesas identificado no Grupo de Natureza de Despesa Pessoal e Encargos Sociais se deve a fatos como o reajuste salarial dos servidores da ativa e dos proventos de aposentadoria dos inativos, obedecendo ao limite prudencial de despesa com pessoal do município, conforme § único do art. 22 da LRF.

Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2017	0	-
2018	0	-
2019	0	-
2020	0	-
2021	0	-
2022	0	-

Fonte:

1 - A projeção para o pagamento de juros e encargos da dívida dar-se-á pela taxa de juros implícita sobre a dívida líquida do governo (média % a.a.) de 3,77%, 4,40% e 5,60% e 6,00% com base nos valores amortizados respectivamente nos exercícios de 2020, 2021, 2022 e 2023.

2 - As projeções da taxa de juros implícita sobre a dívida líquida do governo foram estimados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e publicados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2021 encaminhado ao Congresso Nacional.

Reserva de Contingência

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	0	-
2019	0	-
2020	0	-
2021	887	-
2022	946	6,57%
2023	1.009	6,73%

Nota:

1- Os valores fixados para a Reserva de Contingência terão a função de suprir dotações a serem utilizadas para pagamento de contingências do município, correspondendo a pelo menos 1% da Receita Corrente Líquida.



III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

RESULTADO PRIMÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	R\$ milhares					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (I)	67.289	79.637	82.530	88.731	94.559	100.921
Receita Tributária	2.005	4.484	5.070	5.927	6.869	7.968
Receitas de Contribuições	2.728	7.834	9.074	9.700	10.272	10.888
Receita Patrimonial	221	264	272	291	308	327
Aplicações Financeiras (II)	124	264	272	291	308	327
Outras Receitas Patrimoniais	97	0	0	0	0	0
Receita de Serviços	2	0	0	0	0	0
Transferências Correntes	61.460	71.143	73.327	78.386	83.010	87.993
Outras Receitas Correntes	873	722	744	796	842	893
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I) - (II)	67.165	79.373	82.258	88.440	94.251	100.595
RECEITA DE CAPITAL (IV)	4.234	5.588	3.000	5.407	3.608	3.824
Operações de Créditos (V)	0	0	0	2.000	0	0
Amortização de Empréstimos (VI)	0	0	0	0	0	0
Alienação de Bens (VII)	242	0	0	200	212	225
Transferências de Capital	0	5.588	0	3.207	3.396	3.600
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0	0	0
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	3.992	5.588	3.000	3.207	3.396	3.600
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)	71.157	84.961	85.258	91.647	97.647	104.195
DESPESAS CORRENTES (X)	68.831	77.011	80.456	87.969	89.815	98.092
Pessoal e Encargos Sociais	45.648	46.604	49.116	52.505	55.603	58.939
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0	0	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	23.183	30.407	31.340	35.464	34.212	39.153
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	68.831	77.011	80.456	87.969	89.815	98.092
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	8.335	4.113	6.532	11.650	14.149	12.793
Investimentos	7.699	3.597	6.000	11.000	11.649	12.348
Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0
Amortização da Dívida (XIV)	636	516	532	650	2.500	445
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)	7.699	3.597	6.000	11.000	11.649	12.348
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0	0	0	887	946	1.009
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XII+XV+XVI)	76.530	80.608	86.456	99.856	102.410	111.449
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)	-5.373	4.353	-1.198	-8.209	-4.763	-7.255

Nota:

1 - Os dados relativos às receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado nas Memórias de cálculo das receitas e despesas.

2 - O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pelo STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas de elaboração do Demonstrativo Fiscais da LDO.



IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

RESULTADO NOMINAL

ESPECIFICAÇÃO	R\$ milhares					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.449	2.019	1.513	3.013	513	68
DEDUÇÕES (II)	4.400	7.156	12.568	13.020	13.476	13.948
Ativo Financeiro	5.642	8.998	12.069	12.503	12.941	13.394
Haveres Financeiros	372	372	499	517	535	554
(-) Restos a Pagar Processados	1.614	2.214	0	0	0	0
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	0	0	0	0	0	0
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0	0	0	0	0	0
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0	0	0	0	0	0
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV+V)	0	0	0	0	0	0
RESULTADO NOMINAL	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
	-447	0	0	0	0	0

Notas:

1 - O cálculo das Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional através do Manual de Demonstrativos Fiscais.

* : Refere-se ao valor da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao realizado no exercício de 2017



V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

MONTANTE DA DÍVIDA

ESPECIFICAÇÃO	R\$ milhares					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.449	2.019	1.513	3.013	513	68
Dívida Mobiliária	0	0	0	0	0	0
Outras Dívidas	2.449	2.019	1.513	3.013	513	68
DEDUÇÕES (II)	4.400	7.156	12.568	13.020	13.476	13.948
Ativo Disponível	5.642	8.998	12.069	12.503	12.941	13.394
Haveres Financeiros	372	372	499	517	535	554
(-) Restos a Pagar Processados	1.614	2.214	0	0	0	0
DCL (III) = (I-II)	0	0	0	0	0	0

Nota:

1 - Se as deduções forem maiores que o montante da Dívida Consolidada, o valor da Dívida Consolidada Líquida (DCL) será igual a zero, conforme instruído no Manual de Demonstrativos Fiscais do STN 10ª edição.

2 - Para preenchimento do campo da Dívida Consolidada foram consideradas as projeções de amortização conforme demonstrativo abaixo:

	2019	2020	2021	2022	2023
INSS	745	545	345	145	0
RPPS	1.268	968	668	368	68
CELPE	6				
OUTRAS DÍVIDAS			2.000		
TOTAIS	2.019	1.513	3.013	513	68

3 - A projeção do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros de 2019 foi elaborada da seguinte forma:

Disponibilidade de caixa de 2019

Realizável de 2019

(=) Ativo Financeiro de 2019

(+) Previsão de Entrada de Recursos até 31 de dezembro de 2020

(=) Disponibilidade de Caixa Bruta

(-) Restos a pagar serem pagos em 2020

(-) Despesa Orçamentárias a serem Pagas em 2020

(=) Disponibilidade Financeira projetada para 2020

Valores em milhares (R\$)

	8.998
	372
	9.370
	91.487
	100.857
	1.301
	86.988
	12.568





ANEXO III

ANEXO DE RISCOS FISCAIS PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – PLDO/2021

(ART. 165, § 2º, da Constituição Federal)





LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021-

ANEXO III - RISCOS FISCAIS

(Art. 4º, § 3º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000)

O anexo de Riscos Fiscais tem sua origem no princípio da prudência. Em cumprimento ao art.4º, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, o presente Anexo conceitua e classifica os riscos fiscais, avalia os passivos contingentes, e procura identificar e contextualizar condicionantes que possam afetar as contas públicas.

Para efeito deste Anexo, consideram-se afetações no orçamento originárias de situações decorrentes de obrigações específicas do governo estabelecidas por lei ou contrato, pelo qual o governo deve legalmente atender a obrigação quando ela é devida, cuja ocorrência é incerta.

São apresentados os conceitos dos riscos fiscais bem como a sua classificação em duas categorias: de riscos fiscais orçamentários e de dívida.

1. RISCOS ORÇAMENTÁRIOS – Refere-se à possibilidade das receitas previstas não se realizarem ou à necessidade de execução de despesas, inicialmente não fixadas ou orçadas a menor durante a execução do Orçamento. Como riscos orçamentários, podemos citar, dentre outros casos:

- a) Arrecadação de tributos a menor que a prevista no Orçamento, a frustração na arrecadação, devido a fatos ocorridos posteriormente à elaboração da peça orçamentária e a restituição de determinado tributo não previsto constitui exemplos de riscos orçamentários relevantes.
- b) Nível de atividade econômica, taxa de inflação, taxa de juros e taxa de câmbio, são variáveis que, também, podem influenciar o montante de recursos arrecadados (sempre que houver discrepância entre as projeções dessas variáveis quando da elaboração do orçamento, os valores observados durante a execução orçamentária e os coeficientes que relacionam os parâmetros aos valores estimados).



c) Ocorrência de epidemias, pandemias, enchentes, abalos sísmicos e outras situações de calamidade pública que demandem do governo municipal ações emergenciais.

Os riscos que afetam as metas de resultados primários têm efeito sobre o fluxo da receita e da despesa, de forma que estes sejam diferentes das previsões contidas na proposta de execução orçamentários, prevê que haja limitação de empenho, equalizando a despesa à receita efetivamente realizada.

O primeiro tipo de risco fiscal que afeta as contas públicas diz respeito à possibilidade de as receitas e despesas previstas não se realizarem durante o exercício financeiro, isto é, que durante a execução orçamentária ocorram desvios entre receita e despesas orçadas.

No caso da receita, pode-se mencionar, por exemplo, a frustração de parte da arrecadação de determinado imposto, em decorrência de fatos novos e imprevisíveis à época da programação orçamentária, principalmente em função de desvios entre os parâmetros estimados e efetivos, oriundos de situações que estão fora do controle da Administração Municipal, como diminuição dos valores das transferências constitucionais, diminuição dos valores da receita própria causada por possível inadimplência. Tem também a frustração no recebimento de recursos de convênios já firmados com a União e o Estado, as chamadas receitas de capitais que em sua maioria é afetada por decisões e ajuste da política do Estado e também da União, e demais aspectos que frustrem as previsões de receitas.

Por sua vez, as despesas realizadas pelo governo podem sofrer desvios em relação às projeções utilizadas para elaboração do orçamento, tanto em função do nível de atividade econômica, da inflação observada, como em função de modificações constitucionais e legais que introduzam novas programações para o Município. Tendo em vista que uma parte significativa da despesa decorre das obrigações constitucionais e legais, as quais são diretamente afetadas por alterações na legislação municipal.

2. RISCOS DA DÍVIDA- Este é originado pelos passivos contingentes e refere-se às novas obrigações causadas por evento que pode vir ou não acontecer. A probabilidade de ocorrência e sua magnitude dependem de condições exógenas cuja ocorrência é



difícil se prever. Por isso, a mensuração desses passivos é difícil e imprecisa. Nesse sentido, é clara a conotação que assume a palavra “contingente” no sentido condicional e probabilístico.

Outro risco é o impacto das políticas econômicas sobre a dívida pública, pois variações na taxa de juros, taxa de câmbio e índice de preços podem ocasionar crescimento do seu estoque, tendo ainda que se considerarem os riscos provenientes de novas ações judiciais.

É importante lembrar que a mensuração dos passivos muitas vezes é difícil e, portanto, são apenas estimativas, e que a tabela abaixo não implica em probabilidade de ocorrência, mas em apontamentos que podem ter efeito sobre as metas fiscais.

Caso se concretizem, os riscos fiscais quer no âmbito da despesa quanto da receita, utilizar-se-ão dos recursos consignados à conta da Reserva de Contingência, conforme estabelecido na alínea “b” do inciso III do art.5º da Lei de Responsabilidade Fiscal destina-se o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, os quais incluem as alterações e adequações orçamentárias em conformidade com o disposto no inciso III do § 1º do art.43 da Lei federal nº4.320, de 1964.

Em razão dos riscos serem hipotéticos, a quantificação financeira é de difícil mensuração, daí a planilha anexa, sugerida pelo STN, seguir sem estimativa concreta de valores.

Bom Jardim, 31 de agosto de 2020.

João Francisco de Lira
Prefeito Constitucional



DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS - 2021



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO FRANCISCO DA SILVA NETO, ALISON ANTONIO DA COSTA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ppp/validaDoc.seam> Código do documento: 49515260-3d75-48d4-a981-71ad75f50965

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL		SUBTOTAL	

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL		SUBTOTAL	
TOTAL		TOTAL	

Contingência Passiva é uma possível obrigação de eventos futuros que não estão sob controle da entidade. O valor não pode ser estimado com segurança.